



54 em face ao processo eleitoral, perguntou a Wilde Cardoso (ANA) como será o trâmite para o  
55 repasse de recursos da cobrança, em face dessa data limite. Josemar Coimbra (PM Barra do  
56 Pirai) disse que o rio Paraíba não pode esperar mais, e defendeu a aprovação do CG, sem os  
57 anexos. Edilson Andrade (SP) disse que na última reunião da AGEVAP foi recomendada a  
58 aprovação hoje dos termos gerais do CG, deixando para depois a aprovação dos anexos. Propôs  
59 que um integrante do GT apresentasse uma visão geral do CG, para melhor introduzir o assunto  
60 na reunião. O Prof. Mauro Viegas argumentou que dependeria do plenário aprovar hoje, sem  
61 retoques, o CG, ou remetê-lo às CT's para em 10 dias o assunto retornar ao plenário. André  
62 Pinhel (CT-PI) levantou questão de ordem, perguntando se o assunto deveria ir a CT antes de ser  
63 submetido ao plenário. Prof. Mauro Viegas argumentou que o plenário é soberano, e se o CG for  
64 aprovado hoje não teria que passar por CT. Isaura Fraga (Rep. RJ) argumentou que como os  
65 anexos estão no corpo do contrato, não via como aprovar o contrato sem os anexos. José Tadeu  
66 Guimarães, do Sindicato Rural de Guaratinguetá, defendeu a aprovação do CG, e seus anexos  
67 aprovados em separado e então integrados ao contrato. Eunice (OAB) falou que o CG está sendo  
68 discutido há vários meses, e na assembleia da AGEVAP no dia 04 se aprovou o texto geral, e  
69 decidiu-se aprovar os anexos quando o GT finalizar sua proposta. Portanto, defende a aprovação  
70 dos termos gerais do CG na plenária de hoje. Fernando Lino (LIGHT) disse também pertencer ao  
71 Conselho de Administração, e que na reunião do dia 04 se trabalhou dobrado para se chegar à  
72 possibilidade do texto básico do CG ser votado hoje pelo CEIVAP, e propõe que assim seja  
73 feito. Ninon Machado (Instituto Ipanema) falou que a matéria é extremamente complexa, que o  
74 GT encontrou os elementos básicos do contrato, e os anexos detalharão esses aspectos, e  
75 defendeu a votação da aprovação dos elementos básicos apresentados. Antonio Carlos (Prefeito  
76 de Ubá) falou que este ano é atípico, e pelos prazos eleitorais corre-se o risco de perder prazos se  
77 não for aprovado o CG, e por isso defendia sua aprovação sem os anexos. Wilde Cardoso (ANA)  
78 colocou que o texto inicial do CG tinha sido feito antes da MP 165, e ao longo do processo de  
79 discussão o projeto de conversão da MP ganhou em qualidade e em consistência jurídica. Na  
80 última reunião da AGEVAP ficou claro que o eixo do contrato estava amadurecido, e os anexos  
81 precisavam ser ainda desenvolvidos. No texto aprovado pela AGEVAP, a ANA não tem como  
82 concordar com um artigo que foi modificado na reunião do dia 04, e que infringe a legislação.  
83 Disse que as questões jurídicas que não puderem ser aprovadas serão discutidas depois.  
84 Referindo-se ao que falara o Prefeito de Ubá e Aparecida Vargas, a informação da ANA é de que  
85 a CEF poderá celebrar contratos dentro do período eleitoral, mas os repasses só seriam feitos  
86 após o pleito. Disse que a AGEVAP, após a assinatura do CG, não ficaria sujeita a essas  
87 limitações, podendo os recursos ser repassados normalmente. O Prof. Mauro Viegas colocou em  
88 votação a aprovação do CG sem os anexos. Os 43 votantes assim se expressaram: 40 votos a  
89 favor da aprovação, 1 voto contrário e duas abstenções, sendo então declarado aprovado o CG,  
90 sem os anexos. Passando ao item seguinte da pauta, o Prof. Mauro Viegas abordou a proposta de  
91 aditamento ao convênio da ANA com a PM Resende, que dá suporte à atividade do Escritório  
92 Técnico, e introduziu a minuta de Deliberação N° 26, que transitou em reunião de CT, e por isso  
93 concedeu a palavra ao Coordenador da CT-PI, André Pinhel, que passou a expor a situação do  
94 convênio ANA 003/02, firmado entre a ANA e a PM Resende para dar suporte ao Escritório  
95 Técnico de apoio à Secretaria Executiva do CEIVAP; que atualmente estava vigente o sexto  
96 termo aditivo ao convênio, que expira no próximo dia 30, e como não há possibilidade de se ter o  
97 CG firmado até aquela data, o apoio do ET precisa continuar até que a AGEVAP exercer a  
98 Secretaria Executiva do CEIVAP. O assunto foi analisado pelas CT's, que recomendaram o  
99 envio ao plenário da Minuta de Deliberação N° 26, a qual, de forma análoga aos aditamentos  
100 anteriores, tem um anexo que detalha as atividades do ET no período. O sétimo termo aditivo  
101 terá validade até 31 de dezembro, e vigência até que seja sinalizado pela AGEVAP, após a  
102 assinatura do CG, que o convênio seja rescindido. Ninon Machado (Instituto Ipanema) disse que  
103 o processo de transição para a AGEVAP deve levar em conta o capital humano do CEIVAP,  
104 especialmente a equipe do Escritório Técnico, e nesse sentido apresentou moção a ser  
105 encaminhada a ANA. O Prof. Mauro Viegas passou então à votação da Deliberação N° 26, que  
106 teve como resultado um voto de abstenção e os demais votantes manifestando-se pela sua



107 aprovação. A deliberação N° 26 foi então declarada aprovada. Em seguida o representante da  
108 Secretaria de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo Sr. Edilson Andrade pediu que o  
109 representante da ANA assumisse o compromisso de encaminhar o processo aprovado pelo  
110 CEIVAP, de modo a evitar a discontinuidade dos meios operacionais do Comitê diante do que o  
111 Sr. Wilde Cardoso (ANA) falou que levaria a deliberação do CEIVAP para apreciação da  
112 diretoria da ANA. Passando ao item seguinte da pauta – Avaliação da Operação dos  
113 Reservatórios da Bacia, a palavra foi concedida a André Pinhel (CT-PI), que resumiu os  
114 antecedentes da escassez de água na bacia, e com auxílio de PowerPoint (ANEXO), iniciou sua  
115 explanação. Mostrou toda a evolução da operação a partir de julho de 2003 até o presente, os  
116 problemas surgidos, e a recuperação do reservatório equivalente obtida com a operação  
117 negociada. Destacou que em 2004 as restrições operacionais foram estendidas para os  
118 reservatórios de Santa Branca e Jaguari, e como 2004 está se revelando chuvoso, a recuperação  
119 do armazenamento continua, pois estão sendo mantidos os critérios de redução acordados, e  
120 assim ao armazenamento equivalente se encontra hoje em cerca de 51%. As restrições  
121 operacionais continuam, sendo mantida a vazão liberada para jusante de Santa Cecília de 55  
122 m<sup>3</sup>/s, e 105 m<sup>3</sup>/s a vazão transposta, de modo a se ter Vazão Objetivo de 160 m<sup>3</sup>/s em Santa  
123 Cecília; e os reservatórios de Santa Branca e Jaguari operando com 36 m<sup>3</sup>/s e 7 m<sup>3</sup>/s,  
124 respectivamente. Concluída a apresentação, o representante da ONS foi convidado a  
125 complementar o que lhe parecesse oportuno fazê-lo. Guilhon (ONS) disse que a exposição de  
126 André Pinhel fora clara, e agregou que o êxito em se ter 51% no armazenamento equivalente  
127 decorria de dois fatores: natureza e mudança nas regras operativas. André Pinhel pediu adendo  
128 para destacar o trabalho da CETESB no trecho paulista, pois graças ao monitoramento efetuado  
129 foi possível se implantar a operação crítica nos reservatórios de SP. O Prof. Mauro Viegas  
130 destacou que esses resultados precisam ser comunicados, pois no Rio de Janeiro se pergunta o  
131 que o CEIVAP faz, e esse resultado merece um relato sucinto, para ser divulgado para toda a  
132 sociedade, e pediu que essa sugestão constasse em ata. Josemar Coimbra (PM Barra do Pirai)  
133 pediu a palavra para destacar o trabalho dos órgãos públicos e da sociedade no gerenciamento  
134 dos recursos hídricos, mas disse ser indispensável se ter um recurso emergencial para enfrentar  
135 situações emergências, como o que foi enfrentada ano passado em Cataguases, pois os  
136 consumidores da cidade do Rio dependem da operação desse sistema de reservatórios. Pediu a  
137 Prof. Mauro Viegas para levar essa preocupação à Ministra do Meio Ambiente e ao presidente do  
138 BNDES, ao que o Prof. Mauro disse concordar com a existência dessa verba de emergência.  
139 Icaro Moreno (Presidente da SERLA) pediu a palavra para dizer que a imprensa só pensa em  
140 relatar problemas, que se tivesse faltado água na bacia eles teriam alardeado, mas como o  
141 problema foi resolvido pela via da gestão, não há destaque ou mesmo referência ao êxito da  
142 operação. Pedro Poccioni (ANA) pediu a palavra para dizer que dos recursos arrecadados pela  
143 cobrança na bacia, a ANA dispõe de R\$ 3 milhões em caixa, R\$ 1 milhão em contencioso. O  
144 potencial até o fim do ano, sem desconto, é de se atingir R\$ 13 milhões, e considerando os  
145 descontos e inadimplência, o total líquido esperado para 2004 é de R\$ 9 milhões. Ninon  
146 Machado (Instituto Ipanema) falou que estão encaminhando moção pedindo a ANA para que  
147 seja feito de imediato o repasse dos recursos do convênio, pois os funcionários do escritório  
148 estão se receber há mais de dois meses. Cláudio Serricchio (ET), referindo-se aos reservatórios,  
149 falou de que foi deliberado anteriormente pelo CEIVAP que fosse elaborado o plano de  
150 contingência, e que a ANA encaminhasse ao ONS pedido para realizar os estudos de vazões  
151 naturais. O CEIVAP aguarda o atendimento desses pleitos. Outro destaque é que a ANA  
152 apresentou proposta para deliberação sobre a operação dos reservatórios da bacia no período  
153 seco, a qual integra os documentos que constam da pasta distribuída aos presentes. Falou ainda  
154 que a operação de 160 m<sup>3</sup>/s é 36% inferior à recomendação histórica, o que tem sido possível  
155 pelo esforço de gestão. André Pinhel (CT-PI) falou que a regra operacional precisa ser flexível,  
156 mais ainda não se tem um número para se firmar uma nova posição. Edilson Andrade (SP) falou  
157 que o tratamento de esgoto não dá para ser resolvido apenas com recursos da cobrança, e o  
158 Estado de São Paulo tem um plano de investimento importante, em curso, que quando concluído  
159 elevará a remoção de DBO para 60% no trecho paulista. Referiu-se à necessidade de

160 providências para que sejam tratados os esgotos da bacia do rio Guandú. Prof. Mauro Viegas  
161 disse que depende do Congresso Nacional apressar os trabalhos para se ter uma legislação de  
162 saneamento no País, e que isso merece uma moção. Josemar Coimbra (PM Barra do Pirai) falou  
163 da necessidade de se recuperar nascente com reflorestamento, para se ter ganhos em recursos  
164 hídricos. Cláudio Serricchio (ET) se referiu ao Seminário sobre a recomposição de matas ciliares  
165 e conservação dos recursos florestais e hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul, promovido pela  
166 Gerência do IBAMA-RJ integrada com as Gerências Regionais dos estados de São Paulo e  
167 Minas Gerais, com o apoio do CEIVAP, que ocorreu no Rio de Janeiro de 11 a 14 de maio, e  
168 contou com a presença da Ministra do Meio Ambiente e de instituições com atuação relevante no  
169 tema, e foi revestido de pleno êxito. Outro evento de destaque foi a Oficina de Trabalho  
170 promovida pelo CT de Educação Ambiental do CEIVAP, ocorrido no Rio de Janeiro nos dias 27  
171 e 28 de maio, que contou com o apoio do Instituto Ipanema, CIDS da Fundação Getúlio Vargas e  
172 da Caixa Econômica Federal. Concluída a pauta, o Prof. Mauro Viegas encerrou os trabalhos as  
173 15:40 horas, para preparar o recinto para a chegada das autoridades, para a condução da sessão  
174 solene, presidida pelo Sr. Eduardo Meohas, com a presença da Ministra do Meio Ambiente; do  
175 presidente da ANA; do Presidente do BNDES, Sr. Carlos Lessa, que antecipou a intenção do  
176 Banco em investir em projetos para recuperação da bacia do Paraíba do Sul, representantes da  
177 Secretaria de Recursos Hídricos do MMA, e outras autoridades estaduais e municipais. Nada  
178 mais tendo a ser relatado, encerra-se a presente ata, redigida por José Leomax dos Santos.